

RACIALISMO, EUGENIA E EDUCAÇÃO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Gustavo da Silva Kern – UFRGS

Agência Financiadora: CAPES

Desde a segunda metade do século XIX, especialmente a partir da década de 1870, a temática da raça e das relações raciais na sociedade brasileira tem sido objeto de reflexões teóricas e de tensões políticas. Essas reflexões e tensões políticas produziram uma trama de discursos dispersos e descontínuos, que mantêm a questão racial como objeto de uma singular regularidade discursiva no âmbito dos saberes e dos poderes. Definido por Stuart Hall como “um dos efeitos mais transruptivos do multicultural” (2009, p. 66), o debate político em torno da raça e das relações raciais adquiriu importância singular em nosso país, principalmente a partir de meados da década de 1990 com o ensejo de políticas públicas que levassem em conta o recorte étnico-racial da população brasileira.

Parece-me que o fenômeno da politização da questão racial no Brasil contemporâneo, onde a emergência das ações afirmativas e suas relevantes implicações educacionais assumem legitimamente sua centralidade, dificilmente pode ser compreendido sem que se leve em conta, em maior ou menor medida, a trajetória histórica dos discursos sobre raça e relações raciais produzidos em nosso país. Entendo que delimitar certas regularidades e rupturas na história dos discursos sobre raça e relações raciais produzidos em âmbito nacional pode se constituir em uma interessante forma de compreender a questão racial do ponto de vista do presente. Como afirmou a historiadora Lilia Moritz Schwarcz, é fato que “raça, cor, ou mistura foram sempre assuntos essenciais entre nós e sobre nós, surgindo ora como motivo de exaltação, ora como sinal de descrédito” (2007, p. 11).

O presente artigo tem por objetivo problematizar as interlocuções entre a eugenia, a ciência do melhoramento racial, e o campo da educação no início do século passado. Após descrever alguns traços da afirmação do pensamento racista brasileiro, assim como da emergência da eugenia e das teses que previam o branqueamento da população nacional, detenho-me principalmente sobre a análise das *Actas e Trabalhos* do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado no Rio de Janeiro em 1929. Desse modo, centro o interesse deste texto sobre um conjunto de fontes primárias e

secundárias¹ de fundamental importância no âmbito de uma pesquisa mais ampla, desenvolvida em nível de Doutorado. Pesquisa onde investigo a dispersão discursiva do determinismo biológico-racial, tomando como problemática central o estudo da dimensão educativo-pedagógica dos discursos racialistas produzidos no Brasil entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

A perspectiva genealógica de análise da história — nos termos de Michel Foucault — se constitui como referencial teórico-metodológico para o estudo das condições de possibilidade dos discursos eugenistas brasileiros aqui abordados. Perspectiva delineada por Friedrich Nietzsche em sua *Genealogia da Moral*, seu objetivo é “descrever uma gênese no tempo” (VEIGA-NETO, 2003, p. 56), questionando as condições de emergência histórica dos fenômenos estudados. Deslocada por Foucault a genealogia agregaria, como método de exploração das fontes de pesquisa, a análise dos discursos, investigando sua constituição e circulação através das relações entre saber e poder.

A análise discursiva da questão racial brasileira possibilita observar as formas pelas quais, em diferentes momentos históricos, as relações raciais se converteram em objeto de determinadas racionalidades, tornando-se alvo de práticas políticas específicas. Afinal, como afirmou Foucault em *Vigiar e Punir*: “não há relações de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 2009, p. 30). Neste texto, a perspectiva genealógica será utilizada justamente no sentido de empreender “uma análise histórica das condições políticas de possibilidades” (MACHADO, 2009, p. 167) dos discursos eugenistas e de suas relações com a educação.

Racialismo e Eugenia no Brasil

Quando, em *Os Sertões*, publicado originalmente em 1902, Euclides da Cunha exultava “Estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desaparecemos” (2001, p. 157), já era consenso nos círculos intelectuais brasileiros a necessidade de clamar por desenvolvimento científico. A ciência, naquele contexto, era vista como condição para o progresso e a modernização do país, via inevitável para o ensejo de um

¹ Mantenho, no transcorrer do texto, a grafia original em citações das fontes primárias e secundárias, tal como aparecem nas publicações consultadas e devidamente referenciadas ao final do artigo. Algumas delas foram por mim traduzidas, do espanhol para o português.

processo civilizador vislumbrado, ainda que idealmente, em moldes eurocêntricos. Nas décadas finais dos Oitocentos, século das ortodoxias científicas e seus dogmas deterministas, a questão racial se tornou problema urgente para nossos “homens de ciência”.

As teorizações de Charles Darwin, em *A origem das espécies* (1859), e Arthur de Gobineau, em seu *Ensaio sobre a desigualdade das raças* (1853), possibilitaram que a perspectiva biológico-racial de análise das diferenças humanas tomasse sua forma mais acabada, tornando-se cada vez mais aceita e difundida. Para Gobineau, o maior empecilho para o progresso seria a miscigenação racial, na medida em que o avanço da mistura de sangue se constituía em perigo para as raças puras. A mestiçagem teria por produto a degeneração racial, vista como o grande castigo da civilização. A terminologia darwinista, associada às teses racialistas de Gobineau, ultrapassou com certa rapidez os limites de sua disciplina de origem, favorecendo “o fortalecimento de uma interpretação biológica dos comportamentos humanos, que passam a ser crescentemente encarados como resultado de leis biológicas e naturais” (SCHWARCZ, 1993, p. 48).

Essa abordagem científica dos comportamentos humanos e do desenvolvimento das sociedades como processos de evolução biológico-racial foi chamada de darwinismo social. Para Schwarcz, os darwinistas sociais partiam de três pressupostos básicos: a afirmação da realidade das raças, com a condenação da miscigenação; a afirmação da continuidade entre caracteres físicos e morais, definindo a diversidade cultural observada entre os grupos humanos; a afirmação da preponderância do grupo social sobre o indivíduo (1993, p. 59-60). Ernest Renan, Gustave Le Bon, Hippolyte Taine, Herbert Spencer e Edward Taylor podem ser considerados como os principais nomes desta corrente determinista.

O cientificismo europeu e seu determinismo ortodoxo — seja lá de qual tipo fosse: geográfico, econômico, social, biológico, racial, etc. — conquistaram muitos adeptos no Brasil entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Nesta primeira parte do texto busco abordar alguns elementos da constituição do racismo brasileiro, bem como suas relações com a emergência da eugenia em nosso país. Os dogmas do determinismo biológico-racial foram particularmente absorvidos pelos intelectuais brasileiros, destaque-se o lugar que o darwinismo social ocupou no imaginário caracteristicamente científico de grande

parte da *intelligentsia* brasileira. Não se tratou, contudo, de uma aplicação automática e absoluta das teorias raciais europeias, mas de uma utilização interessada.

Intelectuais como Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Oliveira Viana, considerados precursores das Ciências Sociais no Brasil, produziram teorizações originais a partir da utilização seletiva do racismo científico europeu. Para esses homens de seu tempo, que viveram um processo ruptura política sem precedentes até então na história do Brasil, marcado pela Abolição da escravatura em 1888 e a inauguração da República em 1889, a solução do problema racial surgia como chave para o futuro do país.

Como apontou Schwarcz, aos intelectuais brasileiros interessou “adaptar o que ‘combinava’ [...] e descartar o que de certa maneira soava estranho” (1993, p. 41). Seduzidos pelo racialismo, os estudiosos locais procuraram compreender a formação do Brasil através da composição racial de sua população, produto da miscigenação entre as três matrizes étnico-raciais: lusitana, africana e indígena. A mestiçagem racial ora era encarada como o maior empecilho, como em Rodrigues, ora como a solução redentora, como em Romero, para que o verdadeiro progresso efetivasse. Neste contexto, a construção da nação — coletividade que Benedicte Anderson definiu como uma *comunidade imaginada* — se tornara indissociável de sua composição racial. Todo um campo de discursos que buscavam definir a identidade nacional, permeado por um determinismo cunho biológico-racial estrito, foi localmente produzido.

A eugenia (*eu*: boa; *genus*: geração), por sua vez, teve sua emergência intimamente ligada aos dogmas do determinismo biológico. Ciência que postulava o melhoramento racial, a eugenia foi delineada teoricamente pelo inglês Francis Galton em estudos publicados na segunda metade do século XIX, logo encontrando adeptos no Brasil. O teórico vitoriano definiu a eugenia como “a ciência que trata de todas as influências que melhoram as qualidades inatas de uma raça, bem como das qualidades que se pode desenvolver até alcançar a máxima superioridade” (GALTON, 1988, p. 165). Ao propor as bases científicas da eugenia, também procurou demonstrar como as leis do evolucionismo biológico, quando bem utilizadas, poderiam ser aplicadas na promoção de amplas reformas sociais. Note-se que a emergência da eugenia é um exemplo por excelência do modo como o determinismo biológico-racial se constituiu a partir de um vínculo explícito entre discurso científico e discurso do poder, que se estabeleceu em certa altura do século XIX.

De acordo com Éder Silveira, a teoria galtoniana tomava por princípio a ideia de que “todos os traços constitutivos da individualidade humana, suas potencialidades e seus desvios estariam depositados na hereditariedade” (2005, p. 81). Caberia aos estudiosos comprometidos com a eugenia se valerem da estatística, especialidade de Galton, para quantificar as qualidades raciais características dos diferentes grupos sociais, bem como dos indivíduos que os compunham. Com base nesses dados estatísticos deveriam ser elaboradas medidas político-sociais de controle da hereditariedade, neutralizando e combatendo a degeneração em favor do melhoramento racial e da regeneração social. Argumentando em defesa da eugenia e de seu valor científico e social em conferência lida na *Sociological Society* da Universidade de Londres, em 1904, Galton foi incisivo ao defender a “divulgação da importância nacional da eugenia” (1988, p. 170):

Primeiramente, deve-se ser familiarizada como questão acadêmica, até que haja sido compreendida e aceita, de fato, em sua exata importância; *segundo*, deve ser reconhecida como uma matéria cujo desenvolvimento prático merece uma séria consideração; *terceiro*, deve ser introduzida na consciência nacional como uma nova religião (1988, p. 170).

Nas décadas finais dos Oitocentos, o controle da hereditariedade em benefício da sociedade, amparado em conhecimentos científicos recentemente produzidos, tornou-se uma tarefa imposta aos Estados-nação. Sendo assim eugenia, de acordo com o entendimento de Galton, deveria ser estudada e compreendida, praticada e reconhecida, tornando-se um valor nacional. No Brasil, o pensamento eugenista teve como condição de possibilidade as teorizações sobre a raça e as relações raciais que por aqui haviam sido formuladas. A eugenia localmente produzida tomou contornos de estratégia para a gestão de uma população vista como racialmente mestiça e degenerada, portanto, considerada despreparada para a tarefa de contribuir verdadeiramente para o progresso nacional. Como afirmou Nancy Stepan em seu fundamental *A hora da eugenia*, a eugenia assumiu uma dupla função:

Como ciência, a eugenia se baseou nos entendimentos supostamente novos das leis da hereditariedade humana. Como movimento social, envolveu propostas que permitiriam à sociedade assegurar a constante melhoria de sua composição hereditária encorajando indivíduos e grupos “adequados” a se reproduzirem e, talvez mais importante, evitando que os “inadequados” transmitissem suas inadequações às gerações futuras (2005, p. 9).

Neste sentido, os médicos, bacharéis e cientistas — homens graduados nas mais típicas artes liberais — que tomaram parte no movimento eugenista foram levados a se

posicionarem politicamente frente ao que entendiam como os principais problemas sociais da nação. A ciência de Galton tomou contornos próprios no Brasil. Enquanto na Europa as intervenções eugênicas surgiram como complemento de políticas de seguridade social em parte consolidadas, no contexto brasileiro a eugenia junto ao debate em torno das primeiras políticas sociais, em especial aquelas formuladas para o campo da educação escolar.

Os teóricos eugenistas brasileiros se mantiveram no registro lamarckista de compreensão da hereditariedade. Diversamente da vertente mendelista assumida pela eugenia europeia, continuaram aceitando os postulados da herança dos caracteres adquiridos bem como da ação das influências externas sobre o plasma germinativo. Para o lamarckismo, a “evolução era resultado não de forças materiais cegas, mas de mudanças provocadas por vontade e escolha” (STEPAN, 2005, p. 83). Entediam os eugenistas locais que “as mudanças induzidas de fora em um organismo vivo poderiam ser transmitidas às futuras gerações, provocando, assim, transmutações” (Idem, p. 78).

Essa compreensão, apontando para o possível sucesso das reformas do ambiente social e para o melhoramento permanente dos caracteres hereditários, permitiu aos formuladores das políticas sociais se valerem da eugenia. Propondo intervenções tanto para o controle da hereditariedade, em favor do branqueamento, quanto para reformas do meio, onde medidas educativas seriam fundamentais.

As especulações de João Baptista Lacerda acerca do branqueamento são um marco no registro do pensamento eugênico e na construção do ideal do branqueamento no Brasil. Como médico e antropólogo, Lacerda já era um cientista renomado em âmbito nacional quando foi escolhido para representar oficialmente o Brasil no Congresso Internacional das Raças, realizado na cidade de Londres em 1911. Adepto das proposições de Galton, Lacerda é lembrado principalmente pelo teor das previsões contidas na conferência *Sobre os mestiços no Brasil*. Onde o branqueamento da população nacional, e o conseqüente desaparecimento do elemento negróide, foram apresentados como um processo real e observável, que se completaria no espaço temporal de um século. Neste sentido, a seguinte passagem da conferência de Lacerda parece sugestiva:

Vivendo uma existência quase selvagem, sujeito a todas as causas de destruição, sem recursos suficientes para se manter, refratário a qualquer disciplina que seja, o negro se propaga sobre as regiões pouco povoadas e tende a desaparecer de nosso território, como uma raça destinada à vida selvagem e rebelde à civilização. [...] A população mista do Brasil deverá

então ter, dentro de um século, um aspecto bem diferente do atual. As correntes de imigração européia, que aumentam a cada dia e em maior grau o elemento branco desta população, terminarão, ao fim e certo tempo, por sufocar os elementos dentro dos quais poderiam resistir ainda alguns traços dos negros (2011, p. 239).

Tese corroborada por Oliveira Viana, intelectual de grande importância durante as primeiras décadas do século XX, que teve sua teoria da arianização da população brasileira elevada ao patamar de paradigma no pensamento brasileiro de sua época. Definido por Gilberto Freyre definiu como nosso maior “místico do arianismo” (2006, p. 387), Viana apostava na multiplicação dos “cruzamentos felizes” (1956, p. 159) principal forma de promoção do branqueamento. Para tanto, o incentivo oficial do Estado à entrada de imigrantes europeus em larga escala no Brasil passou a ser visto como algo indispensável ao progresso nacional. Como afirmou Viana em *Evolução do Povo Brasileiro*, publicado originalmente em 1923:

Esse admirável movimento migratório não concorre apenas para aumentar rapidamente, em nosso país, o coeficiente de raça ariana pura; mas também, cruzando-se e recruzando-se com a população mestiça, contribui para elevar, com igual rapidez, o teor ariano de nosso sangue (1956, p. 174).

Nos trabalhos dos teóricos eugenistas locais, tributários do darwinismo social e do racismo científico, “o Brasil figurava como um país *manqué*, pensado pela ‘lógica da falta’, falta essa que deveria ser suprimida seguindo os passos indicados pelas teorias do cientificismo que por aqui aportavam” (SILVEIRA, 2005, p. 43). Desse modo, a normalização da vida por eles teorizada encontrava sua determinação, em última instância, no âmbito da biologia. Era a partir de seus pressupostos científicos que os discursos eugenistas nacionais estabeleciam seus critérios de exclusão e inclusão, definindo os padrões eugênico-raciais adequados ao progresso nacional.

Esse movimento eugenista, entretanto, não restringiu sua atuação à militância em favor do branqueamento. Como busco discutir a seguir, a educação aparecia como um relevante campo de interesse dos teóricos eugenistas, surgindo como uma possível aliada da eugenia na importante tarefa de regenerar a população brasileira.

Discursos eugenistas e Educação no 1º Congresso Brasileiro de Eugenia

Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX, um postulado político prevaleceu entre a *intelligentsia* nacional: a necessidade de

regenerar a população brasileira. Como venho procurando destacar, os “homens de ciência” brasileiros clamavam por intervenções no sentido de modificar a constituição de uma população vista como degenerada, tanto do ponto de vista biológico como do ponto de vista psíquico. Tornara-se consenso entre os reformadores a ideia de que o progresso, tão necessário para a modernização do país, dependia de um amplo processo de regeneração da nação.

A discussão em torno dos males sociais que teriam origem na degeneração da população, bem como em torno das formas de alterar tal estado de coisas através de uma eficaz política de regeneração nacional, atravessava diferentes campos discursivos, implicando a dispersão do binômio “degeneração-regeneração” em usos e aplicações efetivamente diversos.

Entretanto, apesar desta dispersão discursiva ser complexa, uma regularidade se mantém. Nas primeiras décadas do século XX, quando a biologia, a antropologia, a medicina, a antropologia, a literatura, o direito apontaram para a necessidade política de regenerar um povo visto como degenerado, tais propostas sempre tiveram presente, em maior ou menor medida, o empreendimento de uma regeneração racial da população brasileira. As interlocuções entre eugenia e educação no Brasil tinham origem neste mesmo espírito reformista. Interessante notar a ressonância entre eugenia, educação e regeneração, presente na definição seminal que certo médico chamado João Henrique atribuiu a ciência do aprimoramento racial, em artigo intitulado *Do conceito de eugenia no habitat brasileiro*, em uma edição da revista *Brazil Médico* publicada em 1918:

Nova ciência a eugenia consiste no conhecer as causas explicativas da decadência ou levantamento das raças, visando a perfectibilidade da espécie humana, não só no que respeita o físico como o intelectual. Os métodos tem por objetivo o cruzamento dos sãos, procurando educar o instinto sexual. Impedir a reprodução dos defeituosos que transmitem taras aos descendentes. Fazer exames preventivos pelos quais se determina a sífilis, a tuberculose e o alcoolismo, trindade provocadora da degeneração (Cit. por SCHWARCZ, p. 231).

A ideia de degenerescência, como afirmei anteriormente, havia sido introduzida no pensamento social pelos teóricos racialistas do século XIX. Apesar das noções de degeneração e regeneração sofrerem deslocamentos ao nível dos discursos, o argumento aqui proposto é que o caráter determinista de seus usos e aplicações se mantiveram efetivos. Sendo que esse tipo de abordagem onde o biológico aparece como determinação em última instância só seria questionada de forma crítica a partir de certa altura da década de 1930, principalmente através das obras dos ensaístas: Gilberto

Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, para quem a formação social do Brasil não deveria ser pensada unicamente do ponto da composição biológico-racial da população.

Nesta segunda parte do texto interessa abordar, de um modo um pouco mais detido, as interlocuções entre eugenia e educação que se estabeleceram durante a realização do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado no Rio de Janeiro em 1929. As *Actas e Trabalhos* do referido Congresso tem se constituído em uma fonte de pesquisa de grande importância no âmbito da investigação que venho desenvolvendo em nível de doutoramento. Os registros aí encontrados são de particular interesse, na medida em que permitem problematizar o vínculo entre a ciência do melhoramento racial e o campo educacional.

O Congresso, comemorativo do centenário da Academia Nacional de Medicina, tinha por objetivo celebrar o reconhecimento público que a eugenia vinha recebendo. Roquette-Pinto, eminente antropólogo e presidente do evento, iniciou sua fala na sessão inaugural do evento tratando da importância que a eugenia havia conquistado no Brasil. Para o antropólogo, a relevância dos postulados do melhoramento racial da nação seriam “tanto maior quanto, chamando-se contra a falta de braços, é preciso reconhecer que nos falta antes seu melhor aproveitamento, não somente melhorando os que existem, mas provendo as condições de aperfeiçoamento das raças futuras” (1929, p. 11).

Roquete-Pinto também chamava atenção para o fato de que o Congresso não reunira apenas médicos, mas também sociólogos e educadores, todos “cujo interesse já foi despertado pelos problemas da eugenia” (1929, p. 11) e empenhados em cuidar do melhoramento do “patrimônio biológico do nosso povo” (Idem). Da fala do antropólogo, registrada nas atas sessão inaugural, um elemento merece atenção: a participação de educadores na discussão em torno dos rumos da eugenia no Brasil. Embora as teorizações eugenistas tenham sido produzidas principalmente por intelectuais com formação em medicina, os educadores ocuparam papel de destaque, central e nada marginal, no debate sobre as possibilidades de se empreender mecanismos de melhoramento racial em nosso país. Em sua conferência, intitulada *A eugenia no Brasil*, o médico Renato Kehl — fundador da Sociedade Eugênica de São Paulo, criada em 1918 — definia, através de um paralelo histórico curioso, o íntima relação entre o eugenista e o educador:

Nos tempos bíblicos crearam-se taboas de mandamentos divinos; nos tempos gregos, *gymnasios* e palestras; contemporaneamente, escolas e igrejas. Pastores de almas, *philosophos*, mestres, educadores e cientistas, todos se esforçaram por tornar o homem *mais homem*, portanto *menos animal*, mais sadio e de melhores sentimentos, sem que evidenciassem os resultados na altura dos esforços dispendidos (1929, p. 45).

O Congresso foi dividido em três sessões, que tomariam a eugenia por prismas diferentes: “Anthropologia, Heredologia e Educação e Legislação” (1929, p. 12). Salientou Roquette-Pinto, na referida fala inaugural, que a última sessão seria “verdadeiramente de Eugenia, porquanto só pela resolução dos problemas a ella attinentes se encaminhará o aperfeiçoamento da raça” (Idem). Note-se que apesar das controvérsias entre uma visão lamarckista e uma visão mendeliana da eugenia, entre os participantes do Congresso prevaleceu a corrente que acreditava na herança hereditária dos caracteres adquiridos. Como afirmou Stepan em ensaio intitulado *A eugenia no Brasil*: “Nas atividades públicas do início da década de 1920 no Brasil, predominou o estilo otimista da eugenia lamarckiana” (2004, p. 350). Da educação, induzida a partir do ambiente social do indivíduo, de fora do organismo vivo, dependeria o verdadeiro sucesso da missão eugenista.

A presidência da sessão Educação e Legislação ficou a cargo do professor Levi Carneiro, homem “interessado pelos problemas de educação que tem movimentado e dirigido” (1929, p. 12) a frente da Associação Brasileira de Educação. As conclusões votadas e aprovadas pelos membros da referida sessão são bastante ilustrativas de como os teóricos eugenistas projetavam a interlocução entre eugenia e educação. Após o debate em torno das teses *Politica eugenica* e *Educação eugenica em geral*, apresentadas na sessão presidida por Carneiro, o Congresso recomendava: a) “que sejam feitos cursos de eugenia em todas as escolas e mais aprofundadamente nas faculdades de medicina” (1929, p. 12); b) “a necessidade da divulgação e do ensino especializado da Eugenia” (1929, p. 14); c) “reconhecendo o alto valor da educação moral como factor eugenico, pede aos poderes publicos que desenvolvam essa educação na escola primaria e particularmente na secundaria” (Idem). Desse modo, valendo-se de uma metáfora pouco original, “educar era eugenizar”.

A educação cumpriria um papel suplementar, todavia imprescindível, junto ao melhoramento racial propriamente dito: o controle da hereditariedade através da gestão populacional, incentivando o influxo de imigrantes europeus e dos “cruzamentos felizes”, deveria ser completado por uma educação voltada para a própria eugenia, que

deveria ser estudada, ensinada, divulgada, enfim, difundida socialmente. Como afirmou Kehl:

A educação é, indubitavelmente, a alavanca mestra do progresso social, sendo necessário, porém, ter em conta a alavanca mestra do progresso biológico que é a aplicação das leis da hereditariedade, segundo os preceitos da eugenia (1929, p. 48).

Carneiro, em sua conferência intitulada *Educação e Eugenia*, fez questão de ressaltar que o Congresso reconheceu “a influência do meio social e revelou a importância da educação como factor eugenico ou ‘para-eugenico’ si assim se puder dizer” (1929, p. 114), entendimento coletivo que deveria fortalecer os laços que uniam eugenia e educação. No mesmo sentido, Kehl havia afirmado: “Toda política deve ser essencialmente uma politica do futuro, uma política biológica” (1929, p. 50). Carneiro ainda definira em tom profético seus estreitos vínculos:

Assim se abre, pois, larga parte da acção correctiva, reparadora, saneadora, que a Educação cabe realizar. E a Educação ha de ser, de tal sorte, por força mesmo dos ensinamentos da Eugenia — generalizada, prolongada, continua, dominada pelas preocupações sociaes. Tudo accresce-lhe a importância (1929, p. 111).

Ainda que a educação escolar fosse um dos elementos importantes para os participantes do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, a educação que inseriram em seus debates não se restringia aos processos educativos desenvolvidos no âmbito da escola, instituição social relativamente insipiente e frágil no Brasil das primeiras décadas do século XX. Durante a Primeira República (1889-1930), a escolarização era privilégio de determinadas parcelas da população, especialmente das elites, atingindo as classes populares apenas nos centros urbanos. Mesmo que não se possa generalizar em absoluto tal afirmação, como demonstrou Marta Chagas de Carvalho em *A Escola e a República*, a maior dívida republicana com a educação residiu no fato de a escola ter sido “facultada a poucos” (1989, p. 7), alijando a maior parte da população nacional, composta em grande parte por mestiços e negros, que neste contexto foram particularmente excluídos, da devida formação escolar.

Como definiu José Murilo de Carvalho em *Cidadania no Brasil*, a cidadania brasileira neste período era uma cidadania em negativo (2009, p. 83), que excluía na prática largas parcelas da população do exercício de direitos que haviam sido previstos na Constituição de 1891. Desse modo, podemos entender como a educação através da escola possuía efeitos limitados e ineficientes tanto em termos quantitativos como em

termos qualitativos. Sendo assim, é interessante ter em conta que as medidas educativas através das quais os eugenistas postulavam contribuir para o aprimoramento biológico do povo brasileiro não deveriam passar apenas pela escola. Segundo a conferência proferida por Carneiro, uma educação adequada ao projeto eugenista deveria:

[...] ser intellectual, physica e moral. Na escola e fóra da escola. No lar domestico e na vida publica. Ha de esclarecer, orientar, punir, premiar, remunerar. Ha de ser para a creança, para a mãe, para o adulto. Curar os doentes, nutrir os debeis, corrigir os viciados, nutrir os bons (1929, p. 115).

Na visão destes teóricos, a educação sanitária, a educação moral, a educação matrimonial e a educação sexual, que se espraiavam para além da escola, cumpririam funções importantes na tarefa de regenerar a nação. O tom da conferência de Levi Carneiro não poderia ser mais definitivo:

Tanto mais importante ha de ser aqui o papel da Educação, sua parte na formação do nosso povo, quanto mais graves se considerem os erros havidos pela transgressão ou pela inobservancia das normas de Eugenia. [...] Porque, de agora em deante, para solução dos nossos problemas de Educação, havemos de ter em conta, mais attentamente que até agora, os ensinamentos da Eugenia (1929, p. 116).

Desse modo, a educação assumiu centralidade no projeto eugenista de aprimoramento e regeneração nacional. Regenerar uma população vítima da degenerescência não seria tarefa apenas da eugenia, na medida em que somente sendo educada a partir de valores civilizatórios adequados, a população brasileira poderia ser qualificada como eugenicamente superior. Eugenia e educação compartilhavam o mesmo campo de atuação, onde a dimensão biológico-racial determinava o social. Neste contexto, como afirmei de passagem, “educar era eugenizar”.

Referências:

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ARENDT, Hanna. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CARNEIRO, Levi. “Educação e Eugenia”. In **PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Actas e Trabalhos**. Rio de Janeiro: Faculdade de Medicina, 1929.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CARVALHO, Marta Chagas de. **A Escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: campanha de Canudos. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. São Paulo: Didática, 2007.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006a.

_____. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento urbano. São Paulo: Global, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso do Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

_____. **Nascimento da biopolítica**: curso do Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2009.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GALTON, Francis. **Herencia y eugenesia**. Alianza Universidad: Madrid, 1988.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Editora da Unespe, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

JÚNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

KEHL, Renato. “A eugenia no Brasil”. In PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. **Actas e Trabalhos**. Rio de Janeiro: Faculdade de Medicina, 1929.

LACERDA, João Baptista. “Sobre os mestiços no Brasil”. In **História, Ciências, Saúde**. Rio de Janeiro: v. 18, n° 1, jan.-mar., 2011, p. 225-242.

- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e História**. Lisboa: Editorial Presença, 2010.
- LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.
- MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional x identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. **Actas e Trabalhos**. Rio de Janeiro: Faculdade de Medicina, 1929.
- RODRIGUES, Raymundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1894.
- _____. **Os africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.
- ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira** (Tomo Primeiro). Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.
- SAID, Eduard W. **Orientalismo**. Barcelona: Debolsillo, 2008.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Apresentação”. In FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007.
- _____. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____. “Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco”. In **História, Ciências, Saúde**. Rio de Janeiro: v. 18, n° 1, jan.-mar., 2011, p. 225-242.
- SILVEIRA, Éder. **A cura da raça: eugenia e higienismo no discurso médico rio-grandense nas primeiras décadas do século XX**. Passo Fundo: Editora da UPF, 2005.
- STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- _____. “Eugenia no Brasil (1917-1940)”. In HOCHMAN, Gilberto (org). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004, p. 331-382.
- VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- VEYNE, Paul. **Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história**. Brasília: Editora da UNB, 2008.

VIANA, José de Oliveira. **Evolução do Povo Brasileiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.